

Excelentíssimo Senhor
Ministro da Educação
Doutor Tiago Rodrigues Brandão

Braga, 15 de julho de 2020

N/Ref.ª 057/GP/2020

Assunto: Contributos e Sugestões, ano letivo 2020-21

Excelência,

Apresentamos os nossos mais respeitosos cumprimentos

A Associação Nacional de Professores congratula o Ministério da Educação sobre a preparação e planificação com vários cenários relativamente à abertura do próximo ano letivo, emanando orientações para a escola pública e particular e cooperativa. Todos concordamos que a escola na sua verdadeira aceção deverá (sem questionamentos) ser presencial. Nesta medida vimos apresentar os nossos humildes contributos e sugestões:

- A Escola deverá proceder à sua abertura em tempos e espaços diversificados para dar resposta a todos os alunos; preparar-se para ministrar aulas de apoio pedagógico e conceber planos de recuperação adequados a cada aluno ou grupos de alunos; identificar os alunos mais frágeis, vulneráveis e carenciados, recuperar os mesmos, e mitigar as desigualdades já existentes e acumuladas derivadas da “Pandemia-COVID-19” e dos (des)recursos.
- Deverá planificar atividades lúdicas adequadas às necessidades dos alunos, nomeadamente, tempos para socialização e partilha entre pares, promovendo a saúde psicológica e mental individual, em contexto de sala de aula ou espaços apropriados para o efeito.
- Será importante iniciar-se o ano letivo com debates sobre o modo de estar na escola (prevenção e segurança) entre toda a comunidade escolar, para que haja confiança na instituição e nos seus utilizadores.
- O Ministério da Educação deverá regulamentar, todas as condições de trabalho em caso de teletrabalho/Estudo em casa. Ou seja, uma regulação cuidada, com mecanismo de partilha, de normas e regras claras e bem definidas, vertidas em guias práticos para toda a comunidade escolar, desde as condições de segurança e saúde no trabalho até ao horário de trabalho vs estudo e os indispensáveis instrumentos para a concretização do mesmo.



Associação Nacional de Professores

- Criar espaços de autonomia aos docentes para que haja continuidade (mínima) num modelo pedagógico híbrido/misto, para que não se percam as aprendizagens realizadas neste tempo de pandemia. Ou seja, o tempo e espaço de ensino/aprendizagem com recurso às tecnologias não se pode perder. Deverão no futuro próximo, serem utilizadas como ferramentas de desenvolvimento e motivação, de competências e de aprendizagem. Será necessário que o Ministério da Educação avalie de uma forma séria e responsável o modelo educativo e as estratégias utilizadas no ensino a distância com recurso a televisão, computadores, telemóveis e *tablets*, para que se repita o que correu bem e se corrija o que correu menos bem.
- Sugerir que as reuniões a que os docentes estão obrigados, sejam realizadas de forma não presencial, mas sim a distância com recurso aos meios telemáticos.
- Disponibilizar meios informáticos, computadores, aos docentes.
- Deverá definir “limites legalmente estabelecidos” nas salas de aula, ou seja como deverão funcionar as salas de aula (número de alunos por sala e turma) em todos os estabelecimentos de ensino, para que a organização em si, seja equitativa e sem leituras diferenciadas. Nesta medida, a ANP lamenta que os seus apelos não tenham tido eco, no que concerne à redução de número de alunos por turma em todos os níveis de ensino e na educação pré-escolar.
- Que se verifique um reforço de recursos humanos, a nível de Assistentes Operacionais, que garantam o cumprimento da obrigatoriedade de utilização de máscaras para acesso e permanência nos estabelecimentos de ensino e higienização dos espaços.
- Deverá manter-se o *#EstudoEmCasa* através da RTP, como complemento às aprendizagens e ao mesmo tempo constituir-se como uma ferramenta de acesso universal.
- A ANP lamenta a alteração do calendário escolar para o ano letivo 2020/21, nomeadamente o aumento do número de dias do ano letivo, na educação pré-escolar e no primeiro e segundo ciclo. Lamentamos pelo facto de que as nossas crianças e jovens têm necessidade de quebrar rotinas, de descansar e sobretudo de desfrutar do seu espaço familiar e sem qualquer justificação científica sobre as vantagens do alargamento do calendário escolar na aquisição de aprendizagens e ou na melhoria de competências, conhecimentos e saberes o mesmo foi alargado.

Gratos pela atenção dispensada, renovamos os nossos melhores cumprimentos,

A Presidente da Associação Nacional de Professores,

(Paula Figueiras Carqueja)